

“Moedas podres” vão aumentar

O Governo vai habilitar outras “moedas podres” a serem usadas no programa de privatização, anunciou ontem o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano. A afirmação contraria frontalmente um dos pontos da proposta de governo que o PSDB apresentou ao Governo. Em discurso na V Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, Modiano disse que dívidas do setor público ainda não incluídas no programa de privatização passarão a ser aceitas, mas não adiantou quais seriam esses débitos.

Já é conhecido, entretanto, um projeto do Banco Central (BC) para a emissão de Letras Imobiliárias, com as quais o Governo pagaria seus débitos com os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) — estimados em US\$ 25 bilhões (Cr\$ 52,8 trilhões) potenciais. Essas Letras poderiam ser usadas para comprar ações de estatais privatizadas, segundo voto que o BC mandou ao Conselho Monetário Nacional (CMN), mas ainda não foi apreciado.

As chamadas “moedas podres” são títulos de dívidas públicas que o setor privado não esperava mais receber e que estão muito desvalorizados. O Governo decidiu aceitá-los no pagamento de ações das estatais no começo do programa de desestatização, contrariando a opinião de opositoristas, que preferiam exigir o pagamento em dinheiro.

São usados como moedas na

compra de estatais, além do cruzeiro, os cruzados novos, os títulos da dívida externa, os Certificados de Privatizações (CP), os Títulos da Dívida Agrária (TDA), e as debêntures da extinta Siderbrás.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, teve que repetir muitas vezes aos japoneses o que vem falando internamente desde que assumiu o cargo, no ano passado: a sociedade brasileira já está convencida de que só sairá da crise com o sacrifício de um corte nas despesas e aumento das receitas públicas, sem soluções mágicas, como os desgastados congelamentos ou os novos modismos, como a dolarização pregada por alguns economistas.

Diante da insistência de alguns empresários do Keidanren em lembrar que o País enfrenta sérios problemas sociais, Gros foi franco, argumentando que estes problemas existem e que levarão muito tempo para ser resolvidos. “Este é o Brasil real, um país como outro qualquer, que tem problemas mas tem também coisas boas”, respondeu Gros.

Como vantagens, ele apontou a firme decisão do Governo e da sociedade brasileira de seguir avante no programa de ajustamento, que prevê equilíbrio nas contas públicas, privatização, abertura da economia e normalização das relações com a comunidade financeira internacional. “Esta é a principal mudança ocorrida no Brasil, e tenho dúvidas se esta percepção chegou à comunidade internacional”, disse Gros.